

PGGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 30

Janeiro - 2012

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	4
Notícias.....	4



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
João dos Passos Martins Neto

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO**ESTADUAL***Leis***LEI COMPLEMENTAR Nº 551, de 7 de dezembro de 2011**

Altera a linha “f” do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 552, de 12 de dezembro de 2011

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 554, de 13 de dezembro de 2011

Altera o art. 60 da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005.

LEI COMPLEMENTAR Nº 555, de 15 de dezembro de 2011

Concede anistia das penalidades administrativas impostas aos policiais militares e bombeiros militares.

LEI COMPLEMENTAR Nº 556, de 21 de dezembro de 2011

Incorpora gratificações e abonos ao vencimento e soldo dos servidores e militares, ativos e inativos, do Grupo Segurança Pública e do Grupo Justiça e Cidadania e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 557, de 21 de dezembro de 2011

Altera o § 1º do art. 128 da Lei Complementar nº 381, de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

LEI COMPLEMENTAR Nº 558, de 21 de dezembro de 2011

Altera o inciso II, do art. 8º da Lei Complementar nº 260, de 22 de janeiro de 2004.

LEI COMPLEMENTAR Nº 559, de 21 de dezembro de 2011

Altera a Lei Complementar nº 318, de 2006, que dispõe sobre a carreira e a promoção das praças militares do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 560, de 21 de dezembro de 2011

Altera a Lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 561, de 21 de dezembro de 2011

Altera a redação do art. 120 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

LEI Nº 15.659, de 13 de dezembro de 2011

Dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei nº 11.496, de 2000, que disciplina a admissão de servidor em caráter temporário,

sob regime administrativo especial, para exercício na Polícia Militar de Santa Catarina.

LEI Nº 15.667, de 15 de dezembro de 2011

Dispõe sobre abono de faltas dos membros do Magistério Público Estadual que participaram de movimento grevista e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.674, de 15 de dezembro de 2011

Institui a planta medicinal símbolo do Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.693, de 21 de dezembro de 2011

Dispõe sobre o inciso III do § 8º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, cria a Câmara de Conciliação de Precatórios e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.694, de 21 de dezembro de 2011

Dispõe sobre o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados – FRBL - e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.695, de 21 de dezembro de 2011

Dispõe sobre a data-base para fins de revisão geral anual da remuneração e subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.711, de 21 de dezembro de 2011

Altera a Lei nº 7.541, de 1988, que dispõe sobre taxas estaduais e adota outras providências.

LEI Nº 15.712, de 21 de dezembro de 2011

Altera a Lei nº 15.510, de 2011, que institui o Programa Catarinense de Revigoração Econômico - REVIGORAR III, e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.713 de 21 de dezembro de 2011

Altera a Lei nº 13.880, de 2006, que dispõe sobre a contratação temporária e a prestação de serviço voluntário na atividade de salvamento aquático por pessoal civil e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.714, de 21 de dezembro de 2011

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no montante de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares), para atender ao Programa de Integração Viária do Planalto Norte do Estado de Santa Catarina - PROVIAS-SC.

LEI Nº 15.718, de 21 de dezembro de 2011

Altera o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.647, de 2000, que dispõe sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação por dia trabalhado aos servidores públicos civis e militares ativos da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e adota outras providências.

LEI Nº 15.719, de 21 de dezembro de 2011

Institui a Gratificação de Atividade de Gestão em Metrologia e Qualidade para os servidores do Instituto de Metrologia de Santa Catarina - IMETRO/SC e estabelece outras providências.

*Decretos***DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.299, de 6 de dezembro de 2011**

Autoriza os representantes do Estado no Conselho Administrativo das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC, a votarem na proposta de alteração do Estatuto Social, contida no Ofício nº 0635.4/2011, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 684, de 25 de novembro de 2011
Acrescenta e revoga dispositivo do Decreto nº 467, de 24 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 686, de 30 de novembro de 2011
Dispõe sobre o Fórum Estadual de Educação.

DECRETO Nº 696, de 2 de dezembro de 2011
Introduz a Alteração 42ª no Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário de Santa Catarina (RNGDT/SC), aprovado pelo Decreto nº 22.586, de 27 de junho de 1984.

DECRETO Nº 699, de 2 de dezembro de 2011
Dispõe sobre a atual terminologia para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

DECRETO Nº 704, de 7 de dezembro de 2011
Altera dispositivo do Decreto nº 630, de 3 de novembro de 2011, que introduz as Alterações 2.876 e 2.877 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 705, de 7 de dezembro de 2011
Altera dispositivo do Decreto nº 655, de 17 de novembro de 2011, que introduz as Alterações 2.881 a 2.891 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 706, de 7 de dezembro de 2011
Introduz a Alteração 2.895 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 719, de 13 de dezembro de 2011
Prorroga o prazo de recolhimento do ICMS nos termos do art. 36 da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996.

DECRETO Nº 720, de 13 de dezembro de 2011
Introduz as Alterações 2.896 a 2.901 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 727, de 13 de dezembro de 2011
Altera dispositivo do Decreto nº 660, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a aquisição e locação de veículos oficiais no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Nº 728, de 13 de dezembro de 2011
Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.570, de 18 de dezembro de 1998, que regulamenta o Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDC), criado pela Lei nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 738, de 21 de dezembro de 2011
Introduz as Alterações 2.902 a 2.905 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 739, de 21 de dezembro de 2011
Introduz as Alterações 2.906 a 2.909 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 740, de 21 de dezembro de 2011
Introduz a Alteração 2.910 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 741, de 21 de dezembro de 2011
Introduz a Alteração 2.911 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 742, de 21 de dezembro de 2011
Introduz a Alteração 2.912 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 743, de 21 de dezembro de 2011
Introduz as Alterações 2.913 e 2.914 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 744, de 21 de dezembro de 2011
Institui o Portal do Gestor Público Estadual no âmbito dos órgãos e das entidades do Poder Executivo estadual.

DECRETO Nº 745, de 21 de dezembro de 2011
Dispõe sobre o controle e o registro das contas bancárias dos

órgãos e das entidades integrantes da administração pública estadual.

DECRETO Nº 746, de 21 de dezembro de 2011
Dispõe sobre o pagamento de faturas de empresas concessionárias de serviços públicos, pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual, mediante a utilização de código de barras.

DECRETO Nº 747, de 21 de dezembro de 2011
Relaciona tratamento tributário diferenciado não abrangido pelo disposto no art. 23 da Lei nº 15.510, de 26 de julho de 2011, que instituiu o Programa Catarinense de Revigoração Econômico REVIGORAR III.

DECRETO Nº 748, de 21 de dezembro de 2011
Altera o Decreto nº 127, de 30 de março de 2011, que estabelece normas relativas à transferência de recursos financeiros do Estado mediante convênio ou instrumento congêneres e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 749, de 21 de dezembro de 2011
Altera o Decreto nº 3.130, de 19 de março de 2010, que dispõe sobre a execução do art. 4º da Lei Complementar nº 443, de 13 de maio de 2009.

DECRETO Nº 757, de 21 de dezembro de 2011
Dispõe sobre o valor e a forma de pagamento da etapa de alimentação nos casos que especifica.

DECRETO Nº 758, de 21 de dezembro de 2011
Cria Comissão Temporária responsável pela análise dos processos administrativos do FUNDOSOCIAL, no âmbito da Secretaria Executiva de Supervisão de Recursos Desvinculados.

DECRETO Nº 759, de 21 de dezembro de 2011
Aprova o Plano Rodoviário Estadual e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 760, de 21 de dezembro de 2011
Altera o Decreto nº 3.316, de 17 de junho de 2010, que dispõe sobre a prestação de contas de recursos financeiros transferidos do Fundo Estadual de Assistência Social aos Fundos Municipais de Assistência Social (FEAS/FMAS).

DECRETO Nº 761, de 21 de dezembro de 2011
Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 3.748, de 12 de julho de 1993, que aprova o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 939.262 - (2007/0075905-1)

Relator: Ministro Teori Albino Zavascki

Recorrente: Fazenda Nacional

Publicação: 7 de dezembro de 2011

EMENTA

Processual civil e tributário. Certidão negativa de débito tributário relativamente a operações de filial. Atos e negócios jurídicos em nome da pessoa jurídica. Inviabilidade da expedição.

1. Não é cabível suprir, com o fornecimento de certidão negativa relacionada a operações de filial, a exigência de prova de regularidade fiscal na celebração de atos ou negócios jurídicos perante o Poder Público ou terceiros, em nome da própria pessoa jurídica. Em casos tais, é a pessoa jurídica - e não a filial, que sequer tem personalidade jurídica própria - quem assume os direitos e obrigações decorrentes

do ato ou do negócio celebrado e, portanto, quem assume, como todo o seu patrimônio, a correspondente responsabilidade.

2. No caso, a finalidade da certidão negativa é a de comprovar a regularidade fiscal em atos e negócios jurídicos assumidos ou a serem assumidos pela pessoa jurídica e em cumprimento dos objetivos previstos em seu contrato social.

3. Recurso provido.

ATOS INTERNOS

PORTARIA PGE/GAB Nº 84, de 2 de dezembro de 2011

Estabelece a seguinte lotação de Procuradores do Estado para o funcionamento das Procuradorias Regionais.

- a) Blumenau: seis;
- b) Joinville: cinco;
- c) Itajaí: seis, sendo um no Escritório Especial em Brusque;
- d) Chapecó: quatro;
- e) Criciúma: cinco;
- f) Mafra: duas;
- g) Lages: duas;
- h) Joaçaba: duas;
- i) Tubarão: cinco;
- j) Rio do Sul: duas;
- l) Curitiba: uma;
- m) Caçador: uma;
- n) Jaraguá do Sul: duas;
- o) São Miguel d'Oeste: duas;
- p) São José: uma.

PORTARIA GAB/PGE Nº 85, de 2 de dezembro de 2011

Designa Procuradores do Estado para integrarem Comissão para realização do processo de remoção de Procuradores do Estado para preenchimento das vagas disponíveis nos órgãos de execução regional da PGE, excetuado o de São José.

PORTARIA GAB/PGE Nº 87, de 8 de dezembro de 2011

Homologa o resultado do concurso de remoção para as nove vagas disponíveis na Sede da Procuradoria Geral do Estado.

PORTARIA GAB/PGE Nº 88, de 15 de dezembro de 2011

Designa o Procurador do Estado Ronan Saulo Robl como Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Mafra

NOTÍCIAS

Em 2011, o Estado de Santa Catarina pagou R\$ 81 milhões relativos a dívidas confirmadas por meio de sentenças judiciais.

Em 2011, o Estado de Santa Catarina pagou R\$ 81 milhões relativos a dívidas confirmadas por meio de sentenças judiciais. Foram R\$ 45,3 milhões em precatórios e R\$ 35,7 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPV), denominação dada aos débitos que não ultrapassam os 60 salários mínimos.

A dívida total dos precatórios baixou de R\$ 600 milhões em janeiro, relativa a 1,7 mil processos, para R\$ 588 milhões em dezembro, correspondente a 1,5 mil ações. Se por um lado, em 2011 o débito foi abatido em R\$ 45 milhões, por outro, foram inscritos nesse período, R\$ 33 milhões de novas dívidas.